

A GESTÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIAMILITAR DE GOIÁS UNIDADE DOUTOR CESAR TOLEDO

THE MANAGEMENT OF THE STATE COLLEGE OF THE MILITARY POLICE OF GOIÁS DR. CESAR TOLEDO

FREIRES JÚNIOR, Edmilson Alves ¹
COSTA, Leon Denis da ²

RESUMO

O presente artigo levantou quais os aspectos e peculiaridades administrativas há no Colégio da Polícia Militar unidade Dr. Cesar Toledo, demonstrando os diferenciais e principais fenômenos distintivos de uma gestão educacional conduzida pela Polícia militar. Para isso realizou-se pesquisa de campo onde por meio de visita a escola, foram entrevistados funcionários que compõem a área administrativa da unidade. Ficou constatado que o modelo de gestão encontrado na unidade em estudo é a gestão democrática de ensino, fator relevante para que o colégio alcance destaque nacional no desempenho dos discentes. Verificou-se ainda nesta forma de administração escolar militarizada, a considerável função da associação de pais e mestres. O trabalho é importante pois auxilia o Estado na pesquisa de mais uma forma de realizar educação pública de qualidade e ainda valorizar a instituição Polícia Militar, que realiza a segurança pública em seus mais variados aspectos, inclusive na formação dos futuros cidadãos.

Palavras-chave: Polícia Militar de Goiás. Colégio Militar Unidade Dr. Cesar Toledo. Gestão Educacional. Educação Pública.

ABSTRACT

This article has raised the administrative aspects and peculiarities in the Military Police College unit Dr. Cesar Toledo, demonstrating the differentials and main distinctive phenomena of an educational management conducted by the military Police. For this, field research was carried out where, through a visit to the school, employees were interviewed who make up the administrative area of the unit. It was verified that the management model found in the unit under study is the democratic management of teaching, a relevant factor for the school to achieve national prominence in students' performance. It was also verified in this form of militarized school administration, the considerable function of the association of parents and teachers. The work is important because it assists the State in the search for one more way to carry out quality public education and also to value the Military Police institution, which performs public security in its most varied aspects, including the training of future citizens.

Keywords: Military Police of Goiás. Military School Unit Dr. Cesar Toledo. Educational Management. Public Education.

¹ Aluno do Curso de Formação de Oficiais do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM), junior.freire0007@gmail.com; Goiânia – Go, novembro de 2018.

² Orientador: Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás, Professor Titular do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (CAPM), leondenis1978@gmail.com, Goiânia – Go, novembro de 2018.

1 INTRODUÇÃO

O sistema de ensino público brasileiro é constituído pela participação constitucional da União, dos Estados e também dos Municípios. A União participa com a coordenação geral, estabelecendo parâmetros de qualidade, proporcionando apoio técnico e financeiro e proporcionando isonomia de oferecimento de vagas no ensino. O papel dos Estados é mais direcionado, a eles é afixada a missão de oferecer o ensino fundamental e médio, o que representa a responsabilidade pela educação dos jovens de 4 aos 17 anos. Aos Municípios cabe o oferecimento do primeiro contato com a escola, priorizando o ensino fundamental e educação infantil.

Fato é que a qualidade do ensino público brasileiro ainda é bastante deficitária. Há ainda uma grande disparidade entre o ensino oferecido no Brasil e aquele oferecido em outros países, considerados exemplos de qualidade de ensino. Entre os principais gargalos, há a fraca infraestrutura das escolas, a pouca utilização da tecnologia nas metodologias de ensino, o baixo subsídio oferecido aos profissionais de ensino, e com isso a desmotivação dos educandos em continuar frequentando a sala de aula, provocando altos índices de evasão escolar.

Nos fim da década de 90, no Estado de Goiás, inicia-se a instalação de uma modalidade diferenciada de ensino, a forma militarizada de escolas públicas. Essa forma consiste em repassar a Polícia Militar a gestão de colégios públicos com a finalidade de se alcançar um avanço na qualidade e disponibilidade do ensino público. Com quase duas décadas de implantação, tem-se hoje 46 colégios militares no Estado, todos com uma infraestrutura invejável, bons indicadores de aprendizagem dos alunos, quadro de docentes de extrema competência, aliando dois pilares do desenvolvimento de um país, qual sejam: a disposição de segurança pública e educação com qualidade.

Em uma sociedade onde nota-se tal precariedade do ensino público e sua baixa qualidade, esse modelo de gestão militar surge na contramão desses indicativos. Entender como funciona uma unidade pública gerida por militares e como essa instituição tem obtido sucesso é extremamente intrigante e importante para que possamos valorizar a instituição Polícia militar e ainda contribuir com a administração estatal na melhoria do processo de ensino público em geral.

Entre as instituições que passaram por essa transformação está o Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás (CEPMG) Unidade Doutor Cesar Toledo em Anápolis. A unidade

já possui treze anos de instalação e alcançou ótimos indicadores de desempenho de qualidade, ganhando notoriedade nacionalmente. Diante disso passamos a discutir, o que faz do colégio militar, uma unidade pública de referência? Quais os contrapontos às unidades militares de escola pública? Qual o modelo de gestão encontrado nesta unidade educacional e quais as nuances desse modo de administrar? Para que possamos sanar tais questionamentos temos como objetivo analisar o modelo de administração adotado encontrando seus aspectos de sucesso. Ainda para fins de estudo é necessário traçarmos um histórico dos Colégios Militares no Brasil, quais os argumentos e contra-argumentos a implantação de Colégios Militares dando enfoque no que transforma o modelo militar, uma alternativa próspera e efetiva para o ensino público brasileiro.

Este trabalho denota-se importante para a gestão policial militar pois o papel constitucional policial é bastante amplo. As formas de policiamento modernas estão cada vez mais tendentes a uma aproximação com a comunidade, o que faz com que a Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) esteja em posição de destaque, pois, ao desenvolver a gestão de escolas públicas consegue envolver a sociedade, tanto os discentes, quanto os genitores ou responsáveis, trabalhando assim com as gerações presentes e também o futuro da nação.

Para realizarmos esse trabalho, recorreremos a análise bibliográfica, estudando não somente obras literárias como também trabalhos acadêmicos e também o auxílio da rede mundial de computadores onde encontramos amplo número de reportagens e artigos sobre o tema. Além disso procuramos visitar a Unidade educacional Militar estudada, realizando entrevista estruturada e direcionada a busca de informações.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 COLÉGIOS MILITARES NO BRASIL

Quando se fala em estudar a história dos colégios militares no Brasil, a pouca incidência de material técnico e histórico é uma das barreiras a serem transpassadas. Segundo Rosa (2012), chega-se ao entendimento, diante de sua pesquisa, que há um número irrisório de trabalhos científicos sobre o trabalho pedagógico em instituições militares, inclusive o próprio desenvolvimento cultural destes estabelecimentos. Uma das formas de se obter parte dessa história é a consulta a livros e principalmente artigos científicos disponíveis na rede mundial de computadores segundo os quais passamos a estudar.

A história do surgimento dos Colégios Militares no Brasil confunde-se com a própria história da Nação brasileira. Remonta aos tempos do período colonial, com a vinda da família real Portuguesa ao Brasil, quando a proteção territorial se tornou não somente uma preocupação, mas também uma prioridade para as autoridades brasileiras. Primeiramente, o objetivo central da formação militar era relacionado a gerar oficiais capacitados para liderar o novo modelo militar vinculado a Portugal. Conforme Rosa (2012), A construção de um sistema de ensino militar, porém, foi um longo processo entrelaçado às questões políticas, diplomáticas, econômicas e históricas da complexa construção do Estado Brasileiro. Segundo a página eletrônica do Sistema Colégio Militar do Brasil, era anseio dos militares desde os primeiros momentos do Brasil independente, a criação de colégios militares que amparassem os filhos dos militares brasileiros, que muitas vezes saíam em defesa da pátria sem saber se iriam voltar.

Duque de Caxias viveu, junto a seus comandados, as agruras dos que deixaram suas famílias para se dedicarem à defesa da Pátria na Guerra do Paraguai. Percebeu o quanto influenciava no ânimo de luta dos soldados sabê-las amparadas. Logo entendeu que, além da pensão a garantir o sustento, a educação oficial “evitaria a indigência” de seus órfãos, caso eles sucumbissem na frente de batalha. Sabedores de que a Pátria protegia sua família, o moral da tropa cresceria e, junto, o PODER DE COMBATE das tropas imperiais. (BRASIL, 2016).

O primeiro colégio militar no Brasil foi criado em 1889, o Imperial Colégio Militar (Decreto Nº 10.202, de 9 de março de 1889) que, após a proclamação da república passou a ser denominado Colégio Militar do Rio de Janeiro. Posteriormente, também foram criadas algumas outras Unidades de colégios militares como em Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador. Vale salientar que a possibilidade de meninas concorrerem às vagas em Colégios Militares somente foi efetivada em 1989, disputando em igualdade de condições as vagas existentes nos sistemas militares. Existe hoje no Brasil, um conglomerado de colégios militares denominado Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) composto de 13 Unidades onde se acolhem alunos tanto do ensino fundamental, 6º ao 9º ano como do ensino médio, 1º ao 3º ano. Há ainda instituições militares brasileiras destinadas a formação médio superior ou superior como por exemplo a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), o Instituto Militar de Engenharia (IME), a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a Escola Naval (EN), a Academia de Força Aérea (AFA), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), dentre outras escolas. É notório o lugar de destaque que todas essas instituições de ensino geridas por militares conseguiram ao longo dos anos e da história

Brasileira. São instituições que conseguiram um desempenho estudantil superior a maioria das unidades de ensino públicas brasileiras trazendo qualidade e desenvolvimento à Nação.

2.2 COLÉGIOS MILITARES EM GOIÁS

Inicialmente, a lei de organização básica da PMGO (GOIÁS, 1976), Lei 8.125, estabelecia uma única vertente do cunho de ensino na Polícia militar. Essa vertente, localizada no artigo 15, era a Diretoria de Ensino, incumbida de planejar, coordenar, fiscalizar e controlar as atividades de formação de oficiais e praças. Porém, em 1976 surgiu uma nova proposta de oferecimento de Educação, o Sistema de Escolas Públicas geridas pela Polícia Militar. O primeiro colégio militar em Goiás, inaugurado somente em 1998 obteve como sede justamente as acomodações da Academia de Polícia Militar sendo denominado Colégio da Polícia Militar de Goiás – Coronel PM Cícero Bueno Brandão. No mesmo ano, esse colégio ganhou um reforço em seu funcionamento com a doação de uma área já com salas de aula e funcionando como área adjunta a base inicial. Com os resultados dessa nova administração começando a surgir e a procura por novas vagas sempre aumentando, a Secretaria de Educação Estadual passou a trabalhar com a possibilidade de entrega de mais colégios estaduais existentes para a administração militar. Atualmente, a rede de Colégios Militares em Goiás chega a marca de 46 Unidades de ensino e ainda com previsão de mais escolas em fase de implantação.

2.3 MODELO DE GESTAO MILITARIZADA DE UNIDADE PUBLICA DE ENSINO; CONTRAPONTO

O contexto da educação brasileira é bastante conturbado. Há uma dicotomia entre o ensino público e privado no país. Em geral, é notável a discrepância entre o ensino oferecido em uma escola particular e o encontrado em uma escola pública. As consequências dessa “dupla” educação existente são trágicas; aqueles que possuem melhores condições financeiras conseqüentemente ficam com a melhor preparação para o mercado de trabalho e aqueles que não possuem tais condições entram em uma jornada muito mais acirrada e competitiva de conseguir algo melhor para o seu futuro com a pouca qualidade do que lhe é oferecido pelo Estado. Como afirma Tedesco (1991):

O sistema privado recruta seu alunado em setores médios e altos, propiciando desta forma um fenômeno circular: alunos dotados de melhores backgrounds familiares recebem uma oferta escolar caracterizada por equipamentos e pessoal adequado,

obtendo resultados mais altos que os produzidos pela escola pública. (TEDESCO, 1991 p. 36).

Cabe salientar que ainda há um diminuto material acadêmico a respeito do assunto, segundo Rosa (2012), mesmo que as instituições militares de educação estejam presentes na história brasileira desde o século XVIII, o desenvolvimento de trabalhos a respeito somente começou a ser produzido nos anos 2000.

O sistema de ensino público militarizado alcança índices e números bem diferentes do encontrado no ensino público em geral, porém, como em toda sociedade pautada pela democracia, há críticos que contraindicam tal modelo de gestão. Passemos agora a estudar tais discussões procurando estabelecer uma análise sadia ao desenvolvimento do ensino e principalmente objetivando a melhoria do processo de educação pública brasileira.

2.4 MOTIVOS PARA IMPLANTAÇÃO

Segundo Pinheiro (2014), entre os motivos para que se implantasse a gestão militar nas escolas, o principal seria o interesse da classe policial em oferecer uma educação de qualidade semelhante aos encontrados no ensino privado aos filhos de militares. Ocorre que o direito a educação de qualidade é deferida constitucionalmente a todas as crianças e adolescentes e principalmente as unidades públicas de ensino militares não são destinadas exclusivamente aos filhos de militares, pelo contrário, destinam-se a toda a população daquela região.

Já segundo Oliveira (2016), as motivações para o surgimento de colégios militares são a instrumentação política, pois os gestores públicos tem pouco a oferecer em Educação, além de uma forma de acomodar o excesso de oficiais militares e ainda uma forma de agradar a Polícia Militar, que seria considerada por ele uma forte aliada no jogo político mesmo sendo uma instituição desacreditada.

O papel de um bom gestor político, em um sistema democrático no qual estamos inseridos, é justamente procurar mecanismos de melhoria e desenvolvimento social, econômico e cultural dos indivíduos presentes em sua área de atuação. É o que ocorre quando se busca alternativas de melhoria do ensino público brasileiro. Com relação ao efetivo policial militar empregado nos colégios militares, em sua grande parte são constituídos por servidores já “aposentados” que são convidados a prestar o seu serviço em favor da comunidade. A instituição Polícia militar trabalha para o bem do cidadão e não para corresponder anseios políticos, ademais se a instituição Polícia militar está desacreditada, porque seria considerada uma boa aliada no jogo político? Por que seria tão bem aceita pela população para participar

na educação dos estudantes? O foco principal para a educação brasileira é procurarmos meios para que o professor consiga resgatar a autoridade e respeito em sala de aula, ocasião em que os discentes conseguirão absorver o máximo de conteúdo, e não a presença de militares que estão ali com o objetivo principal de auxiliar no processo de escolarização. Os estudiosos da área educacional devem trabalhar para que se encontre alternativas educacionais em que tenhamos educadores capazes de lidar com os conflitos sociais existentes em sala de aula instigando o jovem aprendiz para que ele não se torne, em muitos casos, um problema criminal e realizando assim, em conjunto com as famílias, a formação da cidadania. A principal razão pela qual o poder público passa a confiar a Polícia Militar o desenvolver da educação é proporcionar aos cidadãos mais uma alternativa de educação, possuindo a qualidade e princípios morais, éticos e de cidadania presentes nas instituições militares.

2.5 SEGREGAÇÃO DO UNIVERSO DE ALUNOS

Considerado também um argumento contrário a implantação dos CEPMGs é o fato de o modelo militar excluir alguns alunos quando de sua implantação. Segundo Pinheiro (2014), o fato da gestão militar impor aos alunos que adquiram uniformes conforme uma série de regras deduz-se que essas escolas não são para os alunos pobres dos arredores das cidades, pois as exigências estão além das possibilidades dos familiares. Destaca ainda que de acordo com tais atos, a Polícia Militar seleciona seus discentes anteriormente até do início do ano letivo sob sua gestão. Admirável é constatarmos que a maioria das escolas militares implantadas já funcionavam e foram escolhidas justamente em áreas de baixo nível social, podendo atender justamente essas crianças pobres do local.

Segundo Santos (2010) os alunos dos colégios militares continuam sendo praticamente os mesmos que eram matriculados nos colégios anteriormente a mudança de gestão. A revista *Época* (2018) trouxe matéria em que destacava justamente o fato de que 120 pais de alunos do Colégio Waldemar Mundim após ter sido implantado o sistema militar não mantiveram seus filhos na escola. A mesma reportagem traz em seu bojo o número de alunos matriculados no Colégio, o que corresponde a 1.700 alunos, o que nos faz pensar que aquela comunidade foi sim alcançada pelo Estado por meio do fornecimento de uma nova modalidade de educação que seja capaz de alcançar toda a comunidade, seja àquele que esteja em classe média ou baixa e principalmente com a presença de democracia, deixando livre o corpo discente juntamente com seus genitores, para escolher se pela adesão ou não ao novo sistema de ensino.

2.6 CONSTITUCIONALIDADE

Alguns autores tendem a extirpar a ideia da gestão militar nas escolas por considera-las ilegais e ainda inconstitucionais. A constituição federal preconiza em seu artigo 206 os princípios pelos quais devem ser alicerçados o oferecimento da educação no Brasil:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (...) VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988 p. 292).

Tavares (2016) ressalta que o Supremo Tribunal Federal decidiu em 2012 pela inconstitucionalidade de eleições diretas para o cargo de Gestor, porém reforçou que a gestão escolar deve ser democrática, deduzindo assim que, em uma instituição militar as decisões sobre as vestimentas, as práticas pedagógicas, as regras disciplinares e todas as outras questões relativas a escola deveriam ser decididas pela comunidade, ou seja, os pais, professores e alunos. Sendo assim, se o militar não estabelece essa democracia estaria ferindo a Constituição Federal. É válido reconhecermos que em todas as instituições públicas, há regras. O Colégio Militar não é diferente, faz parte da implantação de qualquer unidade pública em qualquer esfera, que se tenha regras a serem cumpridas.

Em todo Colégio Militar ocorre o chamamento do genitor para que concorde ou não com elas, ele é que decide o melhor para o seu filho, ele que escolhe se aquelas regras serão produtivas ou não para o desenvolvimento da criança. Acredita-se que os pais ou responsáveis possuem as melhores intenções para com seus filhos e neles é creditado pela Direção a responsabilidade por decidir sobre o futuro da prole.

Assim, a gestão militar, assim como em qualquer escola anseia e trabalha para que os pais participem da educação de seus filhos, convidando-os a participar de reuniões periódicas, ouvindo-os nos mais diversos âmbitos relativos a aprendizagem, fazendo com que haja a junção de pais, alunos, professores e corpo administrativo para que o objetivo principal seja alcançado, qual seja; oferecer o melhor ensino e explorar o melhor do potencial de cada aluno para o seu próprio crescimento.

Outro aspecto Constitucional considerado ferido por alguns autores é a respeito da gratuidade do ensino público vide artigo 206, IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Conforme Tavares (2016), não há no ordenamento jurídico brasileiro nenhuma menção a contribuições voluntárias e se assim ocorre estaria, portanto,

ferindo, de maneira transversa, a gratuidade do ensino público brasileiro. Ressalta que o militar que assim procede, recebendo valores não integrantes da contabilidade pública, estaria cometendo falta grave. A situação encontrada nos Colégios Militares é diversa. Em nenhum deles há a cobrança de taxas e sim a petição voluntária dos pais para auxiliar na educação dos filhos. Não há obrigação a nenhum dos pais do pagamento dessas taxas. O Ministério Público de Goiás, (2017) esclareceu que:

Alunos ou responsáveis e até terceiros sem vínculo com colégios militares não estão proibidos de efetuar doações voluntárias, mas o que a Constituição brasileira não tolera, diante da sua norma expressa sobre a gratuidade nos estabelecimentos públicos, é a compulsoriedade de cobrança para suprir de recursos o orçamento dessas escolas, sendo, portanto, tais cobranças ilegais e abusivas. (GOIÁS, 2017, on-line).

Ainda segundo reportagem veiculada pelo Portal Uol Aprendiz (2014), em entrevista junto a um comandante militar, esclarece que a criação desse fundo de contribuição voluntária serve ainda para cobrir custos justamente de alunos que não possuem condições de arcar com custos de ensino, trabalhando assim com o espírito de cooperação e ajuda ao próximo não só aos pais como aos alunos. Portanto, é displicente inferir que as escolas militares ferem a isenção de cobranças, pois o que ocorre é o auxílio por parte da comunidade escolar para que a escola ofereça uma melhor infraestrutura e condições aos alunos.

Outro aspecto denominado inconstitucional por críticos do sistema militar é o papel inferido pela Carta Magna às polícias militares no Brasil. O artigo 144 da Constituição federal estabelece como função das polícias militares a manutenção da lei e da ordem e ainda o policiamento ostensivo. Segundo Tavares (2016) a Polícia Militar não é instituição legítima para, sob nenhum pretexto, entregar ao cidadão o serviço de educação pública, seja sob forma de gestão ou ainda sob o aspecto de ministrar aulas e instruções de qualquer natureza. Segundo o mesmo autor, ao criar escolas públicas militares, o Brasil passaria a criar um “serviço militar obrigatório” para crianças.

Ressalta-se que a amplitude do papel constitucional da Polícia Militar não pode ser analisada de forma restritiva, a saber:

A atividade policial militar que antes da constituição de 1988 era restrita a atividade de manutenção da ordem pública, após a promulgação do novo texto passa a compreender a atividade de preservação da ordem pública em sentido amplo, com atribuições de manter, restabelecer, atuar em caso de falência de outros órgãos de Estado e exercer a competência residual, ou seja, competência constitucional não afeta aos outros órgãos de segurança pública.

Desse modo, diante das mudanças trazidas pela Constituição de 1988 e frente as mudanças sociais, pode-se concluir que a Polícia sai daquele viés voltado apenas para o policiamento repressivo, passando para um modelo de

policiamento orientado para o problema, como uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a Polícia e a sociedade com o objetivo de diminuir a criminalidade e melhorar as condições de vida da população. (LIMA NETO, 2013, p. 20).

Portanto, devemos olhar o papel constitucional da Polícia Militar, não de forma engessada e não flexível, mas sim como proporcionadora da paz social, mantenedora da ordem pública, em sentido amplo. É comprovada a redução dos índices de criminalidade e violência no interior das escolas quando passam a estar sob gestão militar e isso também é uma forma de contribuir significativamente para a paz social, principalmente quando se trata do ambiente em que essa paz é imprescindível para se adquirir o conhecimento.

2.7 REDUÇÃO DOS NÍVEIS VIOLÊNCIA

Oliveira et al. (2016) analisam que, o fato de uma escola se tornar militar, em nada envolve a redução da violência praticada pelos adolescentes principalmente pelo fato de não haver dados e estudos que formalizem essa correlação desde o momento em que tais políticas de ensino foram adotadas.

A pesquisa feita por Silva S. (2009) demonstra situação oposta em relação a segurança, a qual evidenciou que setenta por cento dos entrevistados corroboram da opinião de que a disciplina forte e o convívio da Polícia militar na escola são aspectos preponderantes para que haja a segurança na Unidade de ensino. Salientou também que todos os participantes consideram a escola um lugar seguro.

2.8 O BOM NÍVEL EDUCACIONAL

Entre os maiores trunfos do ensino militar está o alto nível educacional alcançado através das mudanças inseridas pela Gestão militar em instituições de ensino. Temos porém, alguns autores que criticam o caminho militar como alternativa de evolução no desenvolvimento educacional. Oliveira et al. (2016) destaca que o fato de Colégios Militares alcançarem até muitas vezes o primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) não alcança a amplitude do que é ter uma boa educação. Segundo as autoras, medir o nível da educação de uma unidade escolar somente por uma prova que se reduza a duas matérias não é o caminho para se verificar o que é entendido por educação em sentido lato.

Segundo o Ministerio da Educação (MEC), o Ideb é o instrumento utilizado para medir grau de aproveitamento escolar dos alunos brasileiros. Anteriormente, não havia indicador algum que pudesse medir de forma equânime o desenvolvimento dos discentes

brasileiros. O Ideb é principalmente um mecanismo de controle populacional sobre a educação. Através dos números obtidos neste sistema, os pais têm a oportunidade de conferir como a escola dos seus filhos tem oferecido o desenvolvimento aos seus alunos. Silva F. (2005), estabelece que quando uma organização passa a investir em indicadores de qualidade, ocorre a melhoria da eficácia e efetividade das organizações, possibilitando a comparação e principalmente a observação dos índices e indicadores possibilitando enxergar o progresso da organização ou serviço prestado.

2.9 A GESTÃO ADMINISTRATIVA, EDUCACIONAL MODERNA

A escola brasileira possui o desafio de se modernizar diante do mundo globalizado e rapidamente transformador e inovador que encontramos hoje. As transformações ocasionadas pela entrada da tecnologia em nosso cotidiano, geraram a necessidade que novas ferramentas de ensino também chegassem ao ambiente escolar. Considera-se hoje imprescindível a utilização de técnicas de ensino modernas e avançadas tecnologicamente para não só obtermos o rápido aprendizado do aluno mas também conseguirmos motivá-lo e mantê-lo motivado a aprender determinado conteúdo. Nesse contexto, o papel do administrador escolar é fundamental para que a escola caminhe em passos largos para o desenvolvimento.

Segundo Paro (2011) o conceito de Diretor escolar é mais amplo e engloba o termo administrador, na medida em que esta acima desse, o diretor é o administrador empoderado de uma responsabilidade última pela organização, entendendo que este poder deve ser exercido não de forma autoritária mas sim revestido de democracia. Dourado et al (2003), salienta que administrar uma escola é diferente de gerir uma empresa. Empresas geralmente visam a obtenção de um material paupável ou um serviço que são facilmente reconhecidos, na escola, o objetivo é a produção do conhecimento e principalmente assimilação de princípios e valores no qual a matéria prima é o ser humano.

A introdução da tecnologia no processo de ensino aprendizagem é um dos desafios da gestão escolar. Segundo a Cedac (2013), a direção escolar, ao implantar ferramentas de tecnologia da informação no cotidiano do aluno, promove a interação cognitiva entre o conteúdo ministrado e algo mais palpável para o aluno, já que hoje a tecnologia da informação se encontra ao alcance de suas mãos. Isso faz com que o aluno tenha motivação e instigação para conhecer matérias novas e assimilá-las. O diretor escolar possui o desafio de integrar as tecnologias existentes ao ambiente de ensino. Isso passa pela qualificação dos instrutores, ampliação do material disponível em salas de informática, criando um ambiente de motivação para que o professor inclua essas “facilidades” em suas

práticas pedagógicas. Vieira (2003) salienta que existem no mercado ferramentas ou softwares de gestão tecnológica que integram todos os dados da escola em um único ambiente. Criando um banco de dados desde a área administrativa da escola, até informações sobre alunos, famílias, professores, fornecedores, suplementos para as aulas ou atividades a serem ministradas, bibliotecas virtuais, enfim, isso é utilizar a tecnologia em favor da gestão escolar. O ideal é ter disponível a qualquer momento e de qualquer lugar, informações para professores, alunos, pais e o público em geral.

A gestão escolar moderna é balizada pela gestão democrática do ensino. Entende-se por Gestão democrática, segundo Dourado (2003), a introdução de mecanismos de envolvimento de toda a comunidade local e também a comunidade escolar no dia a dia do estabelecimento de ensino. Segundo o autor, um dos mecanismos seria a eleição direta para o cargo de Diretor. Porém o STF considera inconstitucional a eleição direta para cargos comissionados de diretoria de escolas públicas. Há ainda outros mecanismos de gestão democrática apontados como válidos como, por exemplo, o conselho de classe, conselho escolar e o grêmio estudantil. É interessante inferir que esses mecanismos, em nenhum momento tratam de entrega aos pais e alunos as redes pedagógicas e a diretivas escolares, mas sim de um poder de participação maior de todos os atores dessa instituição, ou seja, os funcionários, professores, alunos, pais e gestores, compreendendo sempre que as decisões finais devem ser tomadas pela equipe gestora. (DOURADO, 2003).

O espaço físico da escola contemporânea deve ser pautado por ações que convidem toda a comunidade escolar, não somente adentrar ao colégio, mas também participar ativamente do processo educativo. Segundo a Cedac (2013), a gestão escolar quanto ao aspecto físico é um fator importante. O simples fato de como se encontra a fachada daquela unidade de ensino demonstra qual o nível de seriedade e consideração com que se trata toda a comunidade, evidenciando, com a simples limpeza e organização, quais os valores pretende-se estabelecer naquele ambiente. Essa medida é válida para todos os lugares da escola, desde a sala de aula, biblioteca, quadra de esportes até os corredores e sanitários.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho visou encontrar o modelo de gestão existente e os aspectos e características da gestão escolar militar tomando por base o Colégio Estadual da PMGO, a Unidade Dr. Cesar Toledo em Anápolis, que tem obtido números significativos no que tange ao aprendizado e desenvolvimento dos alunos. A Unidade de ensino é uma das 46 escolas do

Estado de Goiás que passaram a ser geridas por militares. O trabalho busca compreender as razões que permitem inferir que a gestão militarizada é uma alternativa interessante para a educação pública, sendo nítida através de números obtidos por essas escolas e da satisfação e aceitação da sociedade, que se revelam por meio da grande procura dos genitores por esse tipo de Instituição para os seus filhos.

O presente estudo também buscou depreender se os caminhos adotados no colégio militar Unidade Dr. Cesar Toledo, no que tange as práticas administrativas, andam em consonância com o modelo de Gestão educacional moderna. Trazendo aspectos como a gestão democrática de ensino, os diferenciais do ambiente estrutural educacional e ainda a utilização da tecnologia no processo não só de gestão administrativa escolar, como também de ensino aprendizagem dos alunos.

Inicialmente, para desenvolver essa pesquisa, foi construída uma revisão da literatura partindo de um levantamento de dados bibliográficos a respeito do tema a ser estudado, e ainda por obras literárias, trabalhos acadêmicos de conclusão de curso, artigos contidos na rede mundial de computadores e ainda reportagens de revistas e periódicos online. O referido material de pesquisa levou-nos a estudar diversos caminhos relativos a temática, passando primeiramente pelo estudo do que vem a ser o colégio militar diante da abordagem histórica do ensino militar no Brasil e em Goiás, artigos científicos contrários e favoráveis a utilização do modelo de gestão militarizada e obras literárias que revelam aspectos da contemporaneidade relativos a gestão escolar.

A pesquisa foi realizada por meio de uma perspectiva qualitativa através de uma pesquisa de campo que possibilitou a percepção mais concreta da administração escolar. A pesquisa qualitativa dirige-se a análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais, sendo que unicamente os métodos qualitativos são hábeis para oferecer os verídicos esclarecimentos científicos dos fatos (FLICK, 2009, p. 37, 42). Foi feita uma visita a Escola, onde foram agendadas as entrevistas semiestruturadas para posterior aplicação. Essas entrevistas foram desenvolvidas com o comandante e diretor atual e anterior desta unidade de ensino, sendo aplicadas perguntas pré-formuladas a fim de se extrair as mais valiosas informações para que pudéssemos obter conhecimento.

Para obtermos maior profundidade de conhecimento, realizamos entrevista não somente com o Comandante Diretor, mas também com dois integrantes da área administrativa, tendo como critérios de escolha, aqueles que estão em uma posição de proximidade com o gestor da Unidade. Um dos entrevistados foi uma professora/coordenadora geral, que vivenciou os aspectos anteriores e atuais do modelo de

gestão estudado e outro, uma professora/coordenadora pedagógica. É preciso salientar que as entrevistas foram gravadas e transcritas, sendo mantido o anonimato dos participantes mediante livre anuência, demonstrada através de assinatura de um termo de consentimento e suas falas apenas designadas como entrevistado.

Por fim, após a colheita das informações, por meio das entrevistas, os dados foram demonstrados através de tópico específico, sendo agrupados com os temas e discutidos a luz da revisão de literatura anteriormente explanada, onde conseguimos apresentar os produtos dessa pesquisa e as descobertas de conhecimento para a comunidade acadêmica, para a sociedade e para a Polícia militar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os motivos pelos quais o Estado busca implantar uma unidade de ensino militar temos o desejo da Administração estatal em fornecer um ensino de qualidade, o anseio de proporcionar ao cidadão mais uma forma ou modelo de ensino, entre outros. Segundo Pinheiro (2014) e Oliveira (2016), a implantação do sistema militar estaria ligada ao interesse dos policiais em oferecer aos seus filhos uma educação equivalente aos modelos de escolas privadas, ou ainda uma forma de articulação política ou acomodação do excedente número de oficiais. A entrevistada 3, que inclusive foi servidora do colégio antes da militarização, ressaltou que a transformação do colégio em uma Unidade militar foi uma forma de trazer um novo ânimo aos professores e demais funcionários, que se encontravam desestimulados pois o colégio havia perdido uma verba de “aplicação” e desde então, apesar dos esforços da gestão em manter uma qualidade de ensino, houve um efeito em cadeia de desestruturação da escola e desmotivação em todos em todos os setores. O colégio anteriormente possuía uma estrutura debilitada e ainda nível educacional deficitário, um dos entrevistados ressaltou também a presença de possível tráfico de drogas, o que leva a violência e ainda a baixa expressividade dos índices do colégio.

Segundo o entrevistado 1, a forma de ingresso dos alunos no colégio é extremamente democrática, o sorteio é uma forma de oferecer igualdade aos concorrentes de todos os segmentos. Ressalta ainda que, por adotar tal política, a escola acaba por abrigar estudantes de diferentes níveis educacionais, sendo diversificado pela origem, nível de instrução e formação que esse aluno recebeu. Para estabelecer um nivelamento de conhecimento, a escola seleciona os alunos que se encontram com maior dificuldade e oferece a eles um reforço escolar em horário diferente daquele onde são ministradas as aulas, demonstrando a preocupação com a qualidade do ensino oferecido. Diferente dos

pensamentos de Pinheiro (2014), a escola não pré-seleciona os alunos por exigir um uniforme, pelo contrário ela oferece a qualquer um a possibilidade de entrada através do sorteio de vagas.

Conforme Tavares (2016) não é papel da Polícia Militar participar da educação pública, o autor destaca que em nenhum momento a Constituição abarca essa função para o policial, constituindo assim pratica ilegal e até criando uma espécie de “serviço militar obrigatório” para adolescentes. Ao observar e principalmente ouvir a fundo os militares participantes do ensino na unidade de educação estudada, verificamos uma imensa vontade de realizar a segurança pública de uma forma atual, inteligente e diferente do simples combate ao crime através da ostensividade. Nas palavras do entrevistado 1:

De que maneira estaríamos mais prevenindo o crime do que trabalhando com a formação de pessoas? (...) Dessa forma eu consigo mostrar para esses alunos que o correto é isso, que ele deve agir de tal forma, que o bom cidadão age de determinada forma e esse aluno deixa de ser um marginal futuro, eu estou trabalhando na prevenção do crime. (ENTREVISTADO 1, 2018)

Ainda segundo o entrevistado 2:

O colégio da Polícia Militar é o berço da segurança pública porque ali nós estamos formando a criança, o jovem, o adolescente, o pré-adolescente um cidadão de bem ne, onde realmente é enfatizado os valores cívicos, o respeito aos mais velhos, o respeito a Deus, a religiosidade então eu entendo que no colégio da Polícia militar realmente nós estamos fazendo a segurança pública em um setor. (ENTREVISTADO 2, 2018)

Diante disso, é evidente a contribuição da Polícia Militar na formação dos futuros cidadãos e, principalmente na realização de segurança pública, trabalhando de maneira a prevenir e principalmente arraigar nos mais profundos conhecimentos do aluno, os princípios da ética, moral e bons costumes presentes em nossa sociedade. É fato que os efeitos de redução de violência podem variar de acordo com o local da escola implantada para mais ou para menos, porém é inegável uma melhor sensação de segurança tanto na escola quanto para a comunidade onde se passa a ver a presença policial no setor. Ao contrário dos pensamentos de Oliveira et al. (2016), que acredita que em nada se contribui para realizar segurança, a presença policial no ambiente escolar.

4.1 DA GESTAO ADMINISTRATIVA DA ESCOLA

A escola possui uma divisão em três áreas de administração. A primeira delas segundo destaca um dos entrevistados é o polo administrativo em si, que está subordinado à secretaria de educação e que tem funções escriturais, de acolhimento de verbas públicas, recebimento de merenda entre outros. A segunda é a parte administrativa militar, afeta ao comando de ensino. Esta parte é liderada pelo comandante da escola, este comandante também acumula a função de diretor, pois a escola ao ser gerida por um militar passa a ser também uma Unidade de Polícia Militar (UPM). A terceira parte é administração pedagógica, que faz a gestão de coordenação, professores e discentes.

É válido destacar que muitos críticos do sistema militar destacam o fato do policial ou da Polícia não possuir uma formação pedagógica ou ainda um preparo para lidar com o ensino de jovens e adolescentes. Ocorre que no colégio estudado isso não é uma realidade, o comandante-diretor possui formação em Direito, curso de formação de oficiais, Pedagogia, e ainda Gestão educacional. O comandante anterior possui formação em Direito, curso de formação de oficiais e ainda especialização em Gestão educacional. O entrevistado 1 ainda salienta que a formação na área educacional não é um critério eliminatório para inserção do policial no ambiente escolar, porém aqueles que possuem o curso de pedagogia, ou são licenciados em alguma disciplina acabam tendo uma preferência ou chance maior de estar sendo incluídos aos quadros do colégio. Ressalta ainda que o comandante convida o policial para o trabalho na unidade realizando primeiramente uma análise de perfil e a partir do momento que são incluídos passam a ser habilitados para o trabalho pedagógico.

Quanto ao departamento financeiro, a escola possui duas fontes de recursos. A primeira é relativa a unidade pública educacional em si, onde se recebe recursos públicos advindos da União ou do Estado tanto para a manutenção da unidade, como para o pagamento de professores estaduais, recebimento de merenda entre outros, esses recursos são repassados mensalmente para a gerencia do colégio. A outra fonte de recursos, que é uma particularidade de todos os colégios militares é a Associação de pais e mestres, essa associação não possui fins lucrativos e nem vínculo hierárquico com a direção do colégio. Ela possui membros de todos os setores sendo membros de funcionários, de pais, da própria administração, de alunos, etc que trabalham no sentido de proporcionar o melhor direcionamento aos valores arrecadados voluntariamente dos genitores, funcionando exclusivamente para dar suporte a todas as áreas da escola, fisicamente, pedagogicamente, estruturalmente trabalhando para que a escola chegue a um patamar de excelência no serviço prestado, qual seja educação. Contrariando o pensamento de Tavares (2016), que julga ferir o preceito constitucional da gratuidade do serviço público, a Associação de pais e mestres atua em total voluntariedade no recebimento dos recursos, não há imposição de valores ou arrecadações advindas da

administração do colégio, mas sim uma identificação por parte da comunidade da importância destes recursos para que haja uma melhor qualidade dos serviços oferecidos aos alunos.

4.2 A MODERNIDADE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Como anteriormente salientado em nossa revisão de literatura, gerir administrativamente uma unidade educacional moderna requer o esforço no sentido de implementar uma gestão revestida de democracia, de uma infraestrutura adequada e ainda a inserção de tecnologia na aplicação do conhecimento, seja na área educacional em si, seja pelo implemento de mecanismos tecnológicos na administração escolar. Ao realizarmos as entrevistas na unidade Dr. Cesar Toledo, percebemos o quanto o colégio está a frente de muitas outras unidades. Segundo um dos entrevistados, a escola segue uma linha extremamente ligada a democracia, considerando e convocando sempre o posicionamento de todos os setores da escola, equipe gestora, alunos, associação de pais e mestres e conselho escolar para participar de todas as grandes decisões que envolvem a escola. O entrevistado cita ainda como exemplo o livre acesso do aluno militar as coordenações e direções do colégio quando este identifica um professor que não está correspondendo às expectativas da turma, o diretor juntamente com a coordenação pedagógica avalia esse professor e se for o caso, faz-se a permuta. A escola não possui um grêmio estudantil, porém a participação dos alunos nas decisões é sempre incentivado. Um dos entrevistados citou por exemplo as formaturas dos alunos, onde os próprios discentes nomeiam uma comissão própria para decidir juntamente com os outros setores da escola os mínimos detalhes do evento. Cabe salientar que o curso de formação de oficiais da PMGO possui sim um Grêmio estudantil, onde os cadetes são chamados a participar das decisões e representar os anseios da classe diante do alto comando da academia da Polícia militar.

A unidade educacional também conta com uma estrutura invejável para uma escola pública. São salas de aula climatizadas com ar condicionado, anfiteatro, quadra poliesportiva, quadra de peteca, quadra para tênis de mesa, piscina, tatame para pratica de judô e karatê, biblioteca equipada com elevador, visando a acessibilidade dos alunos ou qualquer outro usuário, tudo muito limpo, organizado e bem conservado. Isso corrobora com a Cedac (2013), que salienta a importância da administração escolar quanto ao aspecto físico da escola. A gestão da Unidade Dr. Cesar Toledo demonstra através do cuidado com a estrutura, o seu compromisso de oferecer a população o que há de melhor, entendendo que a qualidade e principalmente a absorção do conhecimento passa pelo clima organizacional, pela satisfação do aluno em estar em um lugar bem equipado e que o motive a aprender.

A tecnologia também está presente Unidade. Os entrevistados ressaltaram que a inserção de métodos cada vez mais avançados tecnologicamente é uma das preocupações do colégio. Os estudantes do Unidade podem participar anualmente das Olimpíadas Brasileiras

de Astrofísica, Matemática, Física, Geografia e Astronomia. Isso demonstra o cuidado da administração do colégio em estar caminhando em consonância com o ensino nacional no que diz respeito as matérias ministradas ao corpo discente. O entrevistado 1 também ressalta a presença de recursos audiovisuais em todas as salas de aula, onde o professor pode, a qualquer momento, utilizando a banda larga de internet escolar, repassar um documentário, uma explicação, uma reportagem, ou acessar um evento ao vivo, através de um aplicativo ou site da rede mundial de computadores seguindo um planejamento pedagógico prévio e aprovado.

4.3 DIFERENCIAIS DA UNIDADE DOUTOR CESAR TOLEDO

A escola possui alguns diferenciais que fazem com que se obtenham números de desempenho tão expressivos. Em primeiro lugar, destaca-se justamente a gestão democrática de ensino, aspecto que inclusive faz parte do modelo de gestão moderno de educação, em que se estabelece os objetivos e propósitos da escola em conjunto com a comunidade. Isso corrobora com o pensamento de Dourado (2003) que salienta a importância do chamamento a comunidade para tratar dos assuntos relevantes a educação. Em segundo ponto, a administração da escola aponta como de extrema importância a valorização de seu time de colaboradores, desde o mais simples funcionário até o diretor, resgatando o respeito ao indivíduo, trabalhando a motivação daquele servidor, fazendo com que cada funcionário trabalhe empenhado na produção de resultado. Em terceiro ponto, o entrevistado 1 elenca a disciplina cobrada do corpo discente. A administração da escola constrói no aluno a consciência de seus direitos, mas também a compreensão da importância do cumprimento de seus deveres, criando uma cadeia de lucidez quanto aos limites do aluno, do professor, dos outros funcionários da escola e principalmente, surgindo um ecossistema de deferência, subordinação e equilíbrio, trazendo facilidade de aprendizagem de aspectos não somente pedagógicos, mas de valores e caráter.

Em relação à disciplina um dos entrevistados comenta:

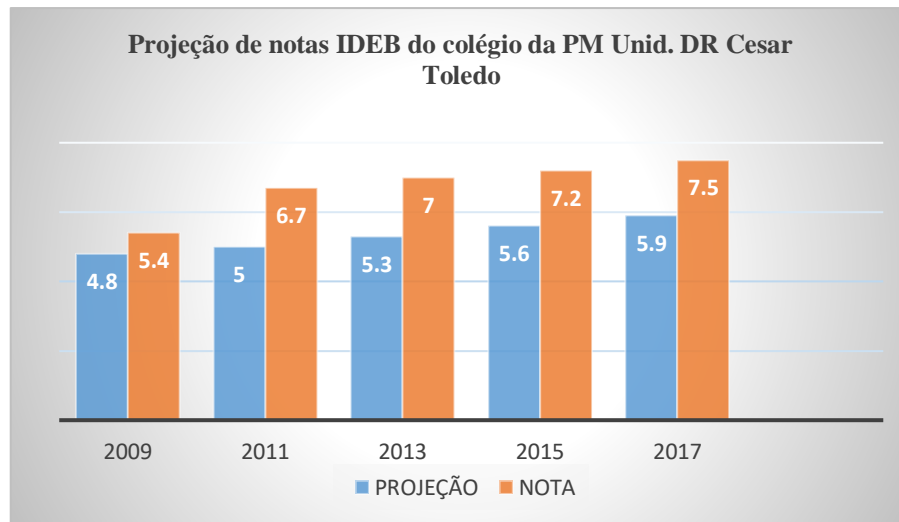
O professor foi perdendo o respeito com o passar do tempo e as vezes ele não consegue passar para os alunos, em outras unidades, aquilo que ele gostaria, ele perde muito tempo chamando atenção, colégios militares há esse resgate....Se você pega uma hora aula de 50 minutos e consegue aplicar verdadeiramente os 50 minutos, diferente de outras unidades em que o professor perde tempo. (ENTREVISTADO 1, 2018.)

Para auxiliar no desenvolvimento da disciplina, a escola conta com um regimento interno. Um dos participantes revela que essas regras possuem um tramite legal para que

possam ser aprovadas: O regimento é incluído no projeto político pedagógico escolar e enviado ao Conselho Estadual de Educação (órgão consultivo e gestor da educação) onde o conselho, analisa todo o projeto político pedagógico propondo correções e adequações e após a realização destes ajustes o colégio retorna ao conselho para posterior aprovação. Fica demonstrado então, que as regras existentes na escola não são uma mera invenção de seus comandantes criadas ao acaso, mas sim analisadas e vistoriadas pela Secretaria de educação e também aprovadas pelos pais dos alunos, que assinam o compromisso de auxiliar seus filhos no cumprimento dos ditames escolares. Outra inovação administrativo-tecnológica desenvolvida nos colégios da Polícia militar, presente também na unidade estudada é o portal GR8. Esse portal é disponibilizado via intranet aos pais e alunos, onde em tempo real, de qualquer lugar com acesso à internet, pode-se consultar toda a vida acadêmica do aluno. Nesse portal estão dispostos os conteúdos das aulas ministradas, notas do aluno, faltas, sanções disciplinares, recados aos pais, entre outros conteúdos para facilitar a interação da escola e principalmente a participação dos pais na educação ministrada aos filhos.

Um dos maiores elementos distintivos das unidades CEPMGS é a Associação de pais e mestres. Por meio dela, como anteriormente descrito, a escola atrai os genitores e toda a comunidade escolar para participar das decisões relativas ao colégio. Por meio dela há a arrecadação da contribuição voluntária dos pais, onde também é angariado recursos para complementar a renda mensal da escola. A Associação faz toda diferença para o colégio, a Unidade Dr. Cesar Toledo oferece aos alunos, aulas de atletismo, basquete, capoeira, futsal, handebol, judô, karatê, natação, tênis de mesa, vôlei, xadrez, dança e ainda hidroginástica direcionada aos funcionários, parentes dos alunos e comunidade em geral. Além disso, aulas de reforço em contra turno, reformas ou melhorias no colégio, tudo isso pode ser custeado com recursos advindos da administração desta Associação. Nas palavras de um dos entrevistados “ Nem as melhores instituições privadas têm o que nós propiciamos para os nossos alunos” (ENTREVISTADO 2, 2018)

Como resultado de todo esse sistema de gestão, a escola possui nota 7,5 no último IDEB em 2017, número bem superior à meta nacional que era de 5,9. O IDEB é aplicado em todas as escolas para avaliação do aproveitamento escolar, servindo como forma da própria população receber um feedback a respeito do ensino ministrado em cada comunidade.



Fonte: Autor com dados da pesquisa (2018)

O gráfico acima demonstra o quão acima da média sempre esteve o colégio desde sua implementação em relação a educação dos alunos. Segundo o entrevistado 2,93 % dos alunos do colégio são aprovados em algum processo seletivo, podendo ser concursos, vestibulares entre outros e além disso, do universo dos aprovados, 80% em universidades públicas.

Imagem 1: Resultado final- SAEGO 2017.

**MELHORES ESCOLAS DE GOIÁS
9º ANO – ENSINO FUNDAMENTAL**

| Escola | Município | Crece | L.Port. | Mat. | Média | Característica |
|----------------------------|-----------|-----------|---------|-------|-------|----------------|
| 1º CPMG Dr. Cesar Toledo | Anápolis | Anápolis | 314,1 | 322,6 | 318,4 | Militar |
| 2º CPMG P. Gabriel Issa | Anápolis | Anápolis | 309,2 | 300,1 | 304,6 | Militar |
| 3º CPMG Nestório Ribeiro | Jataí | Jataí | 295,2 | 307,3 | 301,2 | Militar |
| 4º CE Sta. Rita de Cássia | Pontalina | Morrinhos | 301,1 | 299,0 | 300,0 | Parcial |
| 5º CE Pol. Dante Mosconi | Jataí | Jataí | 292,3 | 299,7 | 296,0 | Parcial |
| 6º CPMG Tomáz M. Cunha | Porangatu | Porangatu | 293,0 | 296,6 | 294,8 | Militar |
| 7º CE Sylvio de Mello | Morrinhos | Morrinhos | 294,0 | 295,0 | 294,5 | Integral |
| 8º CE Dona Tonica | Mineiros | Mineiros | 287,6 | 300,6 | 294,1 | Parcial |
| 9º CPMG Carlos Cunha Filho | Rio Verde | Rio Verde | 282,0 | 303,5 | 292,8 | Militar |
| 10º CE Jardim Europa | Goiânia | Goiânia | 296,0 | 287,8 | 291,9 | Parcial |

Fonte: cpmganapolis.net

O CEPMG Dr. Cesar Toledo também logrou o primeiro lugar no Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO) em 2017. O concurso é realizado pela Secretaria de

Educação do Estado para todas as escolas estaduais e conveniadas do estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho estudou de maneira mais palpável a administração escolar do Colégio Estadual da Polícia Militar, Unidade Dr. Cesar Toledo. A unidade em pesquisa é detentora de números excelentes de desempenho pelos alunos, tornando-se destaque nacional, razão pela qual passamos a buscar entender como funciona uma escola gerida pela Polícia Militar e que aspectos da administração eram aplicados a todos os que estavam envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa foi realizada no local da escola, por meio de entrevistas semiestruturadas juntamente com o Comandante-Diretor atual e anterior, juntamente com entrevistas com professores e coordenadores.

Através da pesquisa, encontramos o modelo de gestão aplicado nesta unidade em estudo; a gestão democrática de ensino. O colégio realiza a educação por meio de uma rede integrada de pais, alunos, professores, funcionários e gestores. Há uma coparticipação de todos em cada área do colégio fazendo com que as decisões tomadas sejam realizadas em conjunto e trazendo de forma muito efetiva a comunidade para dentro do ambiente escolar.

A motivação também é um fator importante trazido pela administração democrática de ensino, a escola possui uma solenidade de premiação dos alunos com melhores notas, com afixação de um alamar ao uniforme trabalhando a motivação para os estudos e desenvolvendo o sentimento de orgulho de estudar na unidade. A escola possui uma infraestrutura diferenciada em relação a outras unidades públicas, contando com diversos ambientes de estudo, de prática de esportes e de leitura, conta ainda com alto investimento em tecnologia presente em todas as salas de aula e ainda utiliza a tecnologia como fator facilitador da integração da unidade de ensino com os pais e alunos através de um portal de acesso, onde os pais podem consultar e verificar toda a histórica acadêmica de seus filhos.

Um dos diferenciais encontrados em pesquisa que mais auxiliam na disposição de todo o arcabouço de atrativos da escola é a Associação de pais e Mestres. Através dela, a escola convida os pais a participar da gestão, onde por meio de contribuição voluntária, há a junção de esforços para entregar aos alunos oportunidades como reforço escolar, prática de diversas atividades esportivas, melhoria das condições estruturais do colégio, entre outros.

Constata-se, portanto, que ao contrário do caminho de precariedade e baixa qualidade do ensino público, os colégios públicos militares e, em especial o colégio estudado

exemplificam que é possível realizar a educação pública em pé de igualdade e até superioridade ao ensino privado, demonstrando que o ensino sob gestão militar não é a solução para o ensino público, mas sim uma alternativa eficaz e também um caminho de excelência de prestação de serviços a sociedade.

Como sugestão para pesquisas futuras, podemos indicar o estudo sobre o nível de satisfação de pais e alunos com colégios militares e ainda quais os benefícios trazidos através da aproximação da comunidade com a Polícia Militar.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO, Ana Luiza, et al. **Educação sitiada**: Por dentro dos colégios da PM em Goiás. Portal Aprendiz Uol. **2014**. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2014/02/26/educacao-sitiada-por-dentro-dos-colegios-da-pm-em-goias/>>. Acesso em: 03/07/2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Decex [2016] **Histórico**. Disponível em: <<http://www.depa.eb.mil.br/historico>>. Acesso em: 15/07/2018.

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Eleição para direção de escola pública é inconstitucional**. Disponível em : <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=111821>>. Acesso em 25/07/2018.

_____. Ministério da Educação. **Conheça o Ideb**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>>. Acesso em : 26/06/2018.

CAMPOREZ, Patrik. Número de escolas públicas “militarizadas” no país cresce sob o pretexto de enquadrar os alunos. **Revista Época**. Goiânia. 2018. Disponível em : <<https://epoca.globo.com/numero-de-escolas-publicas-militarizadas-no-pais-cresce-sob-pretexto-to-de-enquadrar-os-alunos-22904768>>. Acesso em 23/07/2018.

CEDAC, Comunidade Educativa. **O que revela o espaço escolar?** São Paulo: Editora Moderna, 2013.

DOURADO Luiz Fernandes, et al. **Gestão escolar democrática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2009.

GOIAS, CEPMG. **Continuamos em primeiro lugar no estado de Goiás**. Goiânia. 2018. Disponível em: <<https://www.cpmganapolis.net/index.php/2018/02/02/continuamos-em-primeiro-lugar-no-estado-de-goias/>>. Acesso em 26/09/2018.

_____, Ministério Público do Estado de Goiás. **MP recomenda que colégios militares de Anápolis não cobrem taxas ou contribuições de pais de alunos**. Acesso em : <<http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/mp-recomenda-que-colégios-militares-de-anapolis-nao-cobrem-taxas-ou-contribuicoes-de-pais-de-alunos#.W1ngotJKjIU>>. Acesso em 25/07/2018.

LIMA NETO, Joaquim Soares de. **O papel da Polícia militar no estado democrático de Direito**. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/52191/o-papel-da-policia-militar-no-estado-democratico-de-direito>>. Acesso em 25/07/2018.

OLIVEIRA, dijaci david de, et al. **O Estado de Exceção escolar: Uma avaliação crítica das escolas militarizadas**. Goiânia: Editora Escultura, 2016.

PARO, Victor Henrique. **Crítica a Estrutura da Escola**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

PINHEIRO, Veralúcia. **As contradições e os conflitos das escolas públicas sob a gestão da Polícia Militar do Estado de Goiás**. 2014. Disponível em: <http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Veral%C3%BAcia-Pinheiro.pdf>. Acesso em 03/07/2018.

ROSA, Fabiana Teixeira da. **Pesquisas educacionais em colégios militares do Brasil: estado da arte**. 2012. Disponível em: <www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/download/2682/2009>. Acesso em 03/07/2018.

SANTOS, Raimunda Delfino dos. **A genealogia dos regimentos internos do colégio da Polícia militar de Goiânia**. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2399>>. Acesso em 02/07/2018.

SILVA, Fernando. **Análise do perfil dos colégios militares baseado em dados de rendimentos de ensino**. 2005. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/adriano/disser/fms.Pdf>>. Acesso em 03/07/2018.

SILVA, Sirismar Fernandes. **Hierarquia e disciplina no colégio da Polícia militar estudo de caso do CPMG Dr. César Toledo**. 2009. Disponível em: <<http://revista.ssp.go.gov.br/index.php?journal=rebesp&page=article&op=view&path%5B%5D=94>>. Acesso em 02/07/2018.

TAVARES, Francisco Mata Machado et al. Quem quer manter a ordem? A ilegalidade da militarização das escolas em Goiás. In: OLIVEIRA, dijaci david de, et al. **O Estado de Exceção escolar: Uma avaliação crítica das escolas militarizadas**. Goiânia: Editora Escultura, 2016.

TEDESCO, J. C. **Alguns aspectos da privatização educativa na América Latina**. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000200003>. Acesso em 03/07/2018.

VIEIRA, Alexandre Thomaz, et al. **Gestão Educacional e Tecnologia**. São Paulo: Editora Avercamp:, 2003.